

anos, desde que tenha, até 31 de dezembro de 1994, completado sessenta anos de idade, comprovada por documento hábil, e dela efetivamente cumprido, no mínimo um terço, se não-reincidente, ou metade, se reincidente; IV - ao condenado à pena privativa de liberdade superior a 6 (seis) anos que tenha comprovadamente cometido o crime com menos de 21 (vinte e um) anos de idade e dela efetivamente cumprido, até 31 de dezembro de 1994, no mínimo um terço, se não-reincidente, ou metade, se reincidente, V - ao condenado, pai ou mãe de filho menor de doze anos de idade incompletos, de cujos cuidados, proteção, assistência e acompanhamento ele, comprovadamente, necessite, desde que tenha efetivamente cumprido, até 31 de dezembro de 1994, no mínimo um terço da pena privativa de liberdade, se não-reincidente, ou metade, se reincidente. Art. 2º O disposto no art. 1º é aplicável ainda que da sentença condenatória tenha sido interposto recurso pela defesa, sem prejuízo do julgamento da instância superior. Parágrafo único. Não impede a concessão do indulto o recurso da acusação a que for negado provimento, desde que preenchidas as condições legais. Art. 3º As penas que correspondem a infrações diversas devem somar-se para efeito do benefício, exceptuadas as impostas pela prática dos crimes indicados no art. 6º deste Decreto. Art. 4º A pena pecuniária não impedirá a concessão do indulto. Art. 5º Constituem, também, requisitos do indulto: I - não ter sido o condenado beneficiado por indulto individual ou coletivo; a) nos dois anos anteriores à publicação deste Decreto, se não-reincidente; b) nos quatro anos anteriores à publicação deste Decreto, se reincidente; II - ter o condenado demonstrado, durante os últimos 12 (doze) meses de cumprimento da pena privativa de liberdade, bom comportamento, que permitam presumir tranquilidade e reintegração ao convívio social e familiar, informado em relatório circunstanciado pela autoridade responsável pela sua custódia; III - ter revelado circunstâncias pessoais favoráveis à sua permanência na família e na comunidade quando aplicada a suspensão condicional, desde que cumprido, no mínimo, metade do período de prova com exata observância das condições impostas e da pena restritiva de direitos, sem ter havido motivo para a exacerbação das mesmas, prorrogação do prazo ou revogação da medida; IV - ter conduta reveladora de condições pessoais que lhe permitam a reinserção social e familiar, quando submetido a livramento condicional. Art. 6º Este Decreto não beneficia: I - o condenado que, em bora solvente, tenha deixado de reparar o dano causado pelo crime; II - o condenado pelos seguintes crimes, tentados ou consumados, ainda que em cumprimento de pena unificada, observado o disposto no art. 3º deste Decreto: a) homicídio doloso qualificado; b) tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins, quando reconhecida na sentença a condição de traficante; c) considerados hediondos, ainda que cometidos anteriormente à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; d) roubo qualificado pela lesão corporal de natureza grave; e) que contenham a tortura como elemento do tipo ou circunstância de agravação da pena; f) cometidos contra a família; g) relacionados com a prática do terrorismo. Art. 7º Este indulto não se estende às penas de multa e restritivas de direitos. Art. 8º As autoridades que custodiarem os condenados encaminharão ao Conselho Penitenciário, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, indicação dos beneficiários que satisfaçam os requisitos legais, acompanhada das peças e informações circunstanciadas sobre sua vida prisional, para fins do art. 193 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. § 1º A iniciativa das providências deste artigo, no caso do inciso I do art. 1º deste Decreto, caberá também ao médico que assiste o condenado. § 2º O Conselho Penitenciário, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará as indicações por ele examinadas, com parecer obrigatório, ao Juízo de Execução. § 3º As informações relativas aos condenados submetidos à suspensão condicional da pena ou livramento condicional abrangidos pelo art. 5º, incisos III e IV, deste Decreto, deverão ser encaminhadas pela autoridade ou entidade incumbida da fiscalização do cumprimento das condições impostas ou da observação cautelares de proteção do liberado. Art. 9º Os órgãos centrais de administração penitenciária preencherão quadro de acordo com o modelo anexo a este Decreto, encaminhando-o, até 31 de março de 1994, ao Departamento de Assuntos Penitenciários da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça. Art. 10 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Tendo a matéria sido aprovada, por unanimidade, o Presidente do CNPCP agradeceu o empenho de todos e, em particular, o do Relator, Conselheiro Damásio de Jesus, pelo brilhante Parecer apresentado o que, de certa forma, facilitou a discussão. Manifestou que "o Indulto Especial ora aprovado, por possuir a característica de excepcionalidade, não se confunde com o tradicional Indulto de Natal. Pois este tem sido muito mais amplo em suas regras que permitem a concessão e traz sempre a opção de, além da liberdade definitiva, conceder também a comutação da pena. Por sua vez, o Indulto relacionado à família é mais restritivo, não beneficia em nenhum caso, além dos hediondos, os crimes violentos e graves, contra a pessoa ou contra a família, só concedendo a liberdade para o preso que tem família e revele condições pessoais favoráveis à reinserção social e familiar". Ressaltou que a Proposta do Indulto Especial seria submetida à douta apreciação do Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa, a quem entregaria pessoalmente, em nome de todos os ilustres integrantes do Colegiado. Lembrou, mais uma vez, o Programa agendado para o CNPCP em São Paulo, com as visitas aos Secretários de Justiça, de Governo e de Administração Penitenciária, além do debate na OAB/SP, relacionado com a política penitenciária nacional, eventos estes já confirmados para o dia 21.02.94. Enfatizou que no dia 22.02.94, o CNPCP visitará as oficinas da Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, em Tremembé e, em seguida, as instalações da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, em São José dos Campos. No dia 23.02.94, a visita será no Complexo Penitenciário do Carandiru, abrangendo a Casa de Detenção e a Penitenciária do Estado. Comunicações: 1) O Presidente comunicou que o Ministro da Justiça, por solicitação do Ministro das Relações Exteriores, havia lhe indicado para integrar a delegação brasileira que irá participar da Reunião Preparatória Regional da América Latina para o Nono Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinqüente, em São José, Costa Rica, de 07 a 11 de março de 1994. 2) Comunicou ainda que o Ministro da Justiça já havia indicado cinco juristas brasileiros para participarem do Nono Congresso, acima referido. Do CNPCP, foram escolhidos os Conselheiros Damásio de Jesus e Ariosvaldo de Campos Pires, dentre os cinco indicados. Esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a Reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu Maria Margarida Nogueira Aragão, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do CNPCP.

(Of. nº 31/94) - EDUARDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, Presidente do Conselho

SECRETARIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA

Secretaria de Classificação Indicativa

PORTARIAS DE 21 DE MARÇO DE 1994

O Diretor do Departamento de Classificação Indicativa da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21 inciso XVI e 220 parágrafo 3º inciso I, da Constituição Federal, resolve classificar, o filme:

Nº 298 - TICO E TEO E OS DEFENSORES DA LEI (CHIP! DALE RESCUE RANGERS, EUA - 1989). Série (Eps. 46 ao 53). Produtor: Walt Disney Studios. Distribuidor: Mega - Distribuidora de Filmes Ltda. Gênero: desenho animado. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ nº 08000-001907/94-33 e 34. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 299 - AS NOVAS AVENTURAS DE SUPERMAN (THE NEW ADVENTURES OF SUPERMAN, EUA - 1992). Série (Eps. Piloto 301 ao 303, 306, 307 e 309). Produtor: David Jacobs. Direção: Debora Joy Levine. Distribuidor: Herbert Richers S/A. Gênero: aventura. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ nº 08000-001914/94-07. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 300 - EMANUELLE 7 (EMANUELLE 7 - DIGITAL PARADISE, EUA/FRANÇA - 1993). Produtor: Alain Siritzky. Direção: Francis Lerol. Distribuidor: Playarte Pictures Cinema, Vídeo e TV Ltda. Gênero: erótico. Classificação: cinema (longa metragem e trailer) - desconselhável para menores de 18 anos. Impropriedade: erotismo. Processo MJ nº 08000-001917/94-12. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 301 - O ENIGMA DAS CARTAS (HOUSE OF CARDS, EUA - 1991). Produtor: Dale Pollock/Lia ne Halfon/W. Glatters. Direção: Michael Lessae. Distribuidor: Playarte Pictures Cinema, Vídeo e TV Ltda. Gênero: drama. Classificação: cinema (longa metragem e trailer) - livre. Processo MJ nº 08000-001920/94-00. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 302 - RECORDAÇÕES (WRESTLING ERNEST HEMINGWAY, EUA). Produtor: Joe Wizan/Todd Blau ck. Direção: Randa Haines. Distribuidor: Warner Bros. (South) Inc. Gênero: drama. Classificação: cinema (trailer) - livre. Processo MJ nº 08000-001925/94-15. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 303 - PENSAMENTOS MORTAIS (MORTAL THOUGHTS, EUA - 1991). Produtor: Taylor Hazkford/Stuart Benjamin. Direção: Alan Rudolph. Distribuidor: Columbia Tri-Star Films of Brazil, Inc. Gênero: drama. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: violência. Processo MJ nº 08000-001926/94-88. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 304 - ISADORA (THE LOVES OF ISADORA, EUA - 1969). Produtor: Robert & Raymond Hakim. Direção: Karel Reisz. Distribuidor: MCA Filmes do Brasil Ltda. Gênero: drama. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: desvirtuamento de valores éticos. Processo MJ nº 08000-001927/94-41. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 305 - O TRIÂNGULO DO DIABO (SATAN'S TRIANGLE, EUA - 1975). Produtor: Jim Rokos. Direção: Sutton Rolley. Distribuidor: Worldvision Filmes do Brasil Ltda. Gênero: suspense e aventura. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: tensão. Processo MJ nº 08000-001930/94-55. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 306 - O REVOLVER E O PULPITO (THE GUN AND THE PULPIT, EUA - 1974). Produtor: Paul Maslansky. Direção: Dan Petrie. Distribuidor: Worldvision Filmes do Brasil Ltda. Gênero: aventura. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ nº 08000-001931/94-18. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 307 - O DIA EM QUE A TERRA TREMEU (THE DAY THE EARTH MOVED, EUA - 1974). Produtor: Bobby Sherman e Ward Sylvester. Direção: Robert Michael Lewis. Distribuidor: Worldvision Filmes do Brasil Ltda. Gênero: aventura. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ nº 08000-001932/94-81. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 308 - BERMUDA, O TRIÂNGULO FATÍDICO (BEYOND THE BERMUDA TRIANGLE, EUA - 1975). Produtor: Ron Roth. Direção: William A. Graham. Distribuidor: Worldvision Filmes do Brasil Ltda. Gênero: aventura. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ nº 08000-001933/94-43. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 309 - AS TROMBETAS DE GIDEÃO (GIDEON'S TRUMPET, EUA - 1980). Produtor: David W. Rintels. Direção: Robert Collins. Distribuidor: Worldvision Filmes do Brasil Ltda. Gênero: drama. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - veiculação em qualquer horário. Processo MJ nº 08000-001934/94-14. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 310 - O ASSALTO (THE RIP OFF, EUA - 1985). Produtor: Turi Vasile. Direção: Anthony M. Dawson. Distribuidor: Worldvision Filmes do Brasil Ltda. Gênero: policial. Classificação: televisão (longa metragem e trailer) - desconselhável a exibição antes das 21 horas. Impropriedade: violência. Processo MJ nº 08000-001935/94-79. Requerente: Tiquinho Serviços de Escritório Ltda.

Nº 311 - MUDANÇA DE NOME (FIRES WITHIN, EUA - 1992). Produtor: Willis Micita / Lauren Lloyd. Direção: Gillian Armstrong. Distribuidor: Paris Filmes Ltda. Gênero: romance. Classificação: cinema e vídeo (longa metragem e trailer) - desconselhável para menores de 12 anos. Impropriedade: desvirtuamento de valores éticos. Processo MJ nº 08000-001941/94-71.

Nº 312 - BLACK JACKS (BLACK JACKS). Distribuidor: Mundial Filmes. Gênero: erótico pornográfico. Classificação: vídeo (longa metragem e trailer) - desconselhável para men